

Sobre a filosofia e a postura do educador na formação cultural

*Ligia Quevedo**

Um dos elementos fundamentais para o rendimento do ensino da filosofia, além de provocar no espírito do estudante uma postura mais crítica, é fazer renascer a cada instante o ideal socrático de “dar à luz” as idéias, proporcionando não apenas um acréscimo de conhecimento, mas orientando para que esse conhecimento possa ser adequadamente exteriorizado, contribuindo para a formação do ser humano. Mas quais são os meios necessários para evitar que a educação transfira sua função e razão de ser, que é formar indivíduos para a sociedade, valorizando a si e ao outro através de noções éticas e culturais, para uma visão puramente técnica e de reprodução?

Sabe-se que hoje se faz uma preparação para o mercado de trabalho, ou seja, pensa-se o aluno como exclusivamente uma mão-de-obra a ser lapidada para o merca-

do de trabalho e cada vez mais deixa-se de orientar, no sentido de desenvolver as possibilidades interiores que, por muitas vezes, permanecem adormecidas. A busca de sentido e significado para a vida está em consonância com a idéia de que é preciso iluminar a consciência, na medida em que se faz necessário indicar ou sugerir os diferentes caminhos, sem a prepotente idéia de coagir, de reproduzir e de desenvolver uma visão puramente técnica. Isso significa que o educador pode mostrar os inúmeros caminhos, possibilitando a descoberta, inclusive, dos que ainda não são explorados, na tentativa de escapar da incômoda repetição, propondo a formação de espíritos reflexivos e críticos, com a proposta de impulsionar os educandos para a descoberta de seus próprios rumos, com consciência e responsabilidade.

* Mestre em filosofia pela PUCRS e professora do IFCH da UPF.

Para que isso se concretize, uma das grandes dificuldades a superar é a sintomática e preocupante escolha por uma postura de ignorância, pelo adormecimento das idéias que palpitam internamente e que não encontram meios de expressão. Ao educador fica a tarefa de impulsionar a criatividade, respeitando as diversas subjetividades, participando da dinâmica educacional, sem querer ser dono da verdade ou, vaidosamente, querendo vencer as discussões impondo suas idéias. Propõe-se uma abertura para discussões de idéias, o respeito às diferenças que venham a se manifestar, criando um ambiente de aprendizagem aberto e consciente.

Sabe-se que a tarefa de educar exige não apenas conhecimento teórico, mas, juntamente com este, é preciso desenvolver uma abertura ao outro, respeitando as diferenças e debatendo com o educando a necessidade que existe em nossa cultura de saber respeitar as diferenças e de saber pensar as diferenças, isto é, de questionar com bom senso e compreensão. Como diz Rubem Alves (1999, p. 39), “a educação é uma arte. O educador é um artista”. E essa arte de educar através da filosofia deve contribuir para a formação de valores, de responsabilidade e de liberdade, pois “da educação pode nascer um povo” (p. 27), e ter noção disso é pensar na formação cultural e social dos educandos.

A dificuldade de hoje, em tempos de internet, TV e vídeo, é propiciar o gosto pela leitura, em especial da filosofia. Como fazer para que o aluno não se perca num emaranhado de idéias abstratas e goste de ler filosofia? Estará ele preparado para uma postura aberta do educador, juntamente com uma abertura de horizontes?

O filósofo-educador precisa suscitar a capacidade de pensar, sem esquecer da sensibilidade, dimensão que faz do ser humano um permanente aprendiz da arte de viver, pois através de um mundo vivido, das experiências corporais, é possível haver uma manifestação e a concretização de sonhos e de buscas que estão presentes internamente no homem. Pensa-se que a teoria filosófica deve encontrar correspondência na vida prática, valorizando o conhecimento num saber-fazer, nas experiências vividas, pois, a experiência cotidiana e a teoria tornam possível o desenvolvimento pessoal, a criatividade e a autonomia.

A leitura filosófica deve estimular a capacidade de pensar por si mesmo, isto é, pensar na construção de idéias e no mundo interno, para que, então, haja um reconhecimento na participação de um processo histórico e social, pois sabe-se que “estamos no mundo, estamos *condenados ao sentido*, e não podemos fazer nada nem dizer nada que não adquira um nome na história” (Merleau-Ponty, 2000, p. 18). Assim, não significa que se devam alimentar idéias rejeitando um suporte teórico, ao contrário, é preciso ressaltar que, quando se lê, tem-se a possibilidade de ver sob todos os olhares. A leitura da filosofia retira-nos de uma dimensão passiva e estagnada ensinando-nos a “reaprender a ver o mundo” (p. 19), na medida em que a própria filosofia é um constante recomeço, um fazer e refazer, que teima em não se fechar em verdades dogmáticas e que desenvolve sujeitos transformadores de mundo, que conhecem e se auto-realizam a partir de uma ampliação de horizonte propiciado pela ousadia de pensar.

Antes de trabalhar para despertar consciências, faz-se necessário abandonar uma

educação que insista em manter as regras de um pensamento envelhecido, de repetições e de autoritarismo, pois a educação envolve educador e educando, trabalhando juntos para um crescimento pessoal e coletivo; é uma relação na qual não há poses de saber. Há de se criar um ambiente onde deve, sim, existir a reflexão acerca da realidade, uma educação que reflita e questione as diversas posições intelectuais e que, com base nisso, mude as estruturas de uma sociedade doente e alienada, com uma espécie de *secura* racional e carente de informação. Isso significa que o estudante precisa ter uma postura ética, política e social, pois ele faz parte de um mundo e de suas estruturas, cabendo ao filósofo-educador responsabilizar-se pelo ensino, que vai certamente influenciar nas condições e no modo de ser de seu povo. Como nos diz Rubem Alves: “O objetivo das escolas e universidades é contribuir para o bem-estar do povo. Por isso, sua tarefa mais importante é desenvolver, nos cidadãos, a capacidade de pensar. Porque é com o pensamento que se faz um povo” (1999, p. 71).

É conveniente ao educador saber contornar a multiplicidade de idéias e de realidades que não deixam de estar expressas em cada rosto diante de si. Muitas vezes, a tarefa pedagógica é considerada um desafio constante, pois é necessário mostrar aos jovens brasileiros que é fundamental que descubram a cultura de nosso país, bem como a dignidade, a auto-estima, a riqueza das diferenças étnicas e, com isso, passem a abolir uma cultura dominante, alienante e colonizadora. Como nos diz Leonardo Boff, “mister se faz desenvolver uma educação libertadora que nos abre para uma democracia integral, capaz de

produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado” (Boff, 1998, p. 61).

Quando se trata de participar da formação educacional, faz-se imprescindível a visão de que o homem deve ser considerado em sua totalidade. Diante de nós há pessoas inteiras, no sentido de que fazem parte de uma cultura e de uma sociedade diversificada, na qual há uma presença do homem em sua dimensão espiritual e psicológica, que não se despe de sua individualidade quando é necessário reconhecer-se como um ser coletivo, que respeita o outro e o meio em que vive.

A partir disso, compreende-se o que Boff quer dizer com sua proposta de uma democracia integral. Para ele, a “democracia é feita de cidadãos-sujeito e não de massas de destituídos, sem consciência, sem memória, sem projeto e incapaz de assumir sua autodeterminação” (1998, p. 63). É imprescindível que se trabalhe para uma sociedade mais livre, mais consciente, sem preconceitos de raça, onde haja respeito e trabalho, buscando a dignidade no viver a partir do exercício de um “poder solidário e cooperativo” (p. 64), com pessoas conscientes do seu fazer, com projetos que beneficiem seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Para evitar que o educando se distancie do processo prático, é preciso mostrar-lhe que há uma correspondência entre o conhecer e o agir. Em sentido concreto, a práxis não se realiza sozinha; ela necessita de uma elaboração intelectual. “O conhecer, em si, não transforma a realidade. Transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação” (Boff, 1998, p. 64). Através da ação individual e coleti-

va redimensiona-se a consciência de tal modo que se faça cumprir a transformação do mundo e do próprio sujeito, na medida em que luta por uma sociedade mais justa e humanitária.

Essas propostas de Boff, aqui tomadas como uma iniciativa para refletir, questiona, primeiramente, como se dá o processo de articulação entre a realidade brasileira (miséria) e a intelectualização. Para ele, precisa-se estabelecer uma troca de saberes – o saber popular e o saber acadêmico – permanecendo interligados e desenvolvendo uma concepção mais fecunda e apropriada da realidade atual, conforme nossa cultura e o ecossistema (1998, p. 66-67). Assim, pode-se ir mais adiante e dizer que o educando e o educador podem estar devidamente engajados no mundo, como construtores ou participantes ativos da sociedade e de uma história, com um projeto pessoal e coletivo que busca meios para se realizar.

Trata-se de reconhecer que a dimensão social faz parte da dimensão educacional. O filósofo-educador tem, hoje, a árdua tarefa de despertar no educando a ruptura de uma mentalidade alienada, propiciando, a partir de então, uma busca de um projeto para a vida e, em especial, um olhar pessoal e crítico sobre a atual realidade. Isso significa que se deve tomar, e por que não, uma postura ou atitude filosófica no sentido de que fala o fenomenólogo Edmund Husserl, na qual se supera uma atitude ingênua, que nem sempre está acordada para a realidade, e tenta-se superar uma inconsciência a partir do espírito interrogativo. Uma consciência que esteja empregada em conhecer e explicar a realidade, tem noção de que estar conectada ao mundo em que vive e dividi-lo com outros é ter noção da

amplitude da condição humana e existencial; é ajustar a compreensão de si mesmo com a compreensão daqueles que nos cercam.

Para Edgar Morin, “a compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos, é daqui para a frente vital para que as relações humanas saiam de seu estado bárbaro de incompreensão” (2000, p. 17). Isso significa que se faz necessário uma comunhão intersubjetiva, na qual o eu e o outro tornam-se cúmplices de um engajamento social, na qual seus atos possam ecoar num universo onde todos estejam interagindo mutuamente. Contudo, a educação precisa abrir os olhos para a “condição comum a todos os humanos e da muita rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra” (p. 61).

O eu e o outro participamos do mesmo mundo e através de uma presença corporal e vivida do eu é que se compreende a existência do outro; é como se fossem “órgãos de uma única intercorporalidade” (Merleau-Ponty, 2000, p. 186), que estão presentes no mundo, no sentido de que existem no mundo e que devem interagir pensando no todo, de que cada um corporalmente faz parte. A noção de presencialidade que envolve a existência de um eu, bem como a existência de um outro realiza-se através da compreensão e do diálogo. O mundo é um lugar no qual se experiencia e se vive corporalmente, e é a partir dessa vivência que nos abrimos para o mundo e para outrem. Existe uma familiaridade com o mundo que se constata a partir da comunicação e de um mundo cultural recíproco.

A educação precisa orientar para que a intersubjetividade seja um elemento imprescindível na medida em que não se pode cair na objetificação do outro. O outro não pode ser um objeto passivo e sem vida, pois diante de nós está um corpo vivo, que é apreendido pela compreensão da vivência perceptivo-corporal. Há um mundo linguístico, social e cultural em que estamos conectados, porém não apenas no sentido de um “simples comportamento”, pois somos “colaboradores de uma reciprocidade perfeita” (2000, p. 475), na qual a noção de coexistência permite que participemos do mundo de outrem, aceitando-o em suas diferenças e não o tratando como um objeto a ser transformado para o mercado de trabalho.

Na realização do diálogo entre o eu e o tu, é possível uma interação entre pessoas, na medida em que se compreendem no que diz respeito à cultura e à história pessoal, bem como às limitações que, porventura, estejam presentes. Existe uma intercomunicação entre consciências que é realizada através da palavra, porém há uma comunicação corporal que deixa transparecer intenções que migram de nosso corpo para o campo perceptivo do outro através do olhar, da expressão revelada na face e, até mesmo, no silêncio, e isso nos torna capazes de conhecer e nos autoconhecermos nas relações com os outros.

A compreensão dessa abertura e compreensão efetiva-se no sentido de que, quando aprendemos a escutar, abrimo-nos para o múltiplo universo dos outros. A compreensão envolve um saber dialogar no qual, através do olhar que percorre uma outra dimensão, é possível visualizar, compreendendo o horizonte de significação que

transborda na imagem do outro, conforme suas vivências, cultura e conhecimentos. Esse processo exige uma abertura existencial que se preocupa em nos deslocarmos de nós para tentarmos nos situar e entender um outro ponto de vista.

De certa forma, “só nos compreendemos a nós mesmos a partir dos outros” (Zilles, 1995, p. 67), e isso significa que a valorização de nós mesmos se distende para a valorização de um outro eu. Para Merleau-Ponty, “é no mais secreto de mim mesmo que se faz a estranha articulação com outrem; o mistério de outrem não passa do mistério de mim mesmo” (1974, p. 143). E até nesse aspecto a educação filosófica encontra sentido de ser, pois o conhecimento de nós mesmos precisa encontrar sua mais completa valorização a partir de nós mesmos, para, aí sim, transcender a uma dimensão coletiva, objetivando um significado mais humanitário para a sociedade na qual vivemos.

No momento em que se faz renascer o ideal delfico do *gnote te auton* – “conhece-te a ti mesmo” – para estar a serviço de uma educação filosófica, propicia-se que o educando questione a existência em todos os aspectos e a humanidade em geral. Faz-se de inteira relevância este autoconhecimento como forma de realização das pessoas. O educador deve orientar na busca de caminhos, fazendo com que o estudante encontre seus próprios ideais, projetando uma auto-realização que possibilite um sentido para a vida.

Para exercer o ideal socrático de educar para que se dê “a luz à verdade”, o próprio filósofo, sendo educador, precisa refletir sobre si e sobre a realidade, pois, com urgência, deve-se pensar num modo ou em

métodos capazes de resgatar a formação humana, cultural e a capacidade crítica das pessoas. O que se quer dizer é que, aliado a um mercado de trabalho exigente, a formação universitária deve, sim, pensar na formação profissional, mas não se fechar e alienar o educando numa formação puramente técnica; ao contrário, contribuir para que se torne consciente do verdadeiro sentido de viver em comunidade e que sejam capazes de interrogar a si e aos outros, de refletir buscando o bom senso, tentando transformar o mundo a partir da presença consciente e responsável, como sujeitos fazedores ativos de história que tem noção do bem comum.

Por fim, o que se quer dizer é que a finalidade da educação filosófica, sob todos os aspectos, precisa trabalhar em favor da humanização das pessoas. O filósofo, como nos diz o fenomenólogo Edmund Husserl, é um “funcionário da humanidade”, ou seja, precisa trabalhar para a construção de um conhecimento voltado para a formação de indivíduos livres, cientes da realidade em que vivem, procurando sempre uma

edificação de valores, no qual o ser humano seja conhecido como um templo máximo de sentido de vida e humanidade. A filosofia empregada à educação deve, enfim, ser um instrumento, a chave para uma porta que se abra para mais justiça e dignidade, num viver social e harmonioso entre indivíduos.

Referências bibliográficas

- ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência. O dilema da educação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOFF, Leonardo. A função da universidade na construção da soberania nacional. *Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 2, ano 92, v. 92, 1998.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *O homem e a comunicação*. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- _____. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- ZILLES, Urbano. *Gabriel Marcel e o existencialismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.